

Junho, 2013

BPC Policy Brief - V. 3 N. 58

Policy Brief

A atual política nuclear brasileira





A atual política nuclear brasileira

Policy Brief

Junho, 2013

BPC Policy Brief - V. 3 N. 58



PUC-Rio

REITOR

Pe. Josafá Carlos de Siqueira SJ

VICE-REITOR

Pe. Francisco Ivern Simó SJ

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. José Ricardo Bergmann

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS DE DESENVOLVIMENTO

Pe. Francisco Ivern Simó SJ

DECANOS

Prof. Luiz Alencar Reis da Silva Mello

Prof. Luiz Roberto A. Cunha

Prof. Hilton Augusto Koch



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

PREFEITO

Eduardo Paes

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

Pedro Paulo Carvalho Teixeira

INSTITUTO PEREIRA PASSOS

Eduarda La Rocque

Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS é uma iniciativa conjunta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

O Centro é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Equipe BPC

SUPERVISOR GERAL

Paulo Esteves

COORDENADORA GERAL

Adriana Erthal Abdenur

COORDENADORA ADMINISTRATIVA

Lia Frota e Lopes

PESQUISADORES

Monica Herz

João Pontes Nogueira

Leane Cornet Naidin

Luis Manuel Fernandes

José María Gómez

Pedro Claudio Cunca Bocayuva

Paolo De Renzio

Ana Saggiaro Garcia

Sérgio Veloso

Layla Dawood

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA

Anna Carolina Vasquez Muniz

Equipe técnica

EDITORAÇÃO E DESIGN

Sérgio Veloso

Thalyta Gomes Ferraz

Vinicius Kede



Instituto
de Relações
Internacionais



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas BRIC

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es)(as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

Ficha Catalográfica

Coleção BPC Policy Brief. Rio de Janeiro, RJ. Editora BRICS Policy Center, 2010. Publicação Bimensal. (junho – julho, 2013). ISSN: 2318-1818

24p ; 29,7 cm (V. 3, N.58)

1. Política Internacional. 2. Política Externa 3. Segurança Internacional



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Sobre os autores

Monica Herz é professora associada do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Puc-Rio e Coordenadora do Projeto Global South Unit for Mediation (GSUM). Tem experiência na área de relações internacionais, com ênfase em Segurança Internacional.

Victor Coutinho Lage é doutorando em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e assistente de pesquisa no tema Política Internacional e Agenda Multilateral no BRICS Policy Center.



Sumário

Introdução	8
1. Linhas gerais da atual política nuclear brasileira	10
2. A Questão Nuclear no Brasil: soberania, autonomia, desenvolvimento	12
2.1 Não proliferação e desarmamento	13
2.2 Irã	14
2.3 Brasil e Argentina	15
2.4 Submarino Nuclear	16
Conclusão	16
Policy Recommendations	17
Referências	18
Anexo	22



Sumário Executivo

A questão nuclear ocupa um lugar proeminente na política brasileira contemporânea, sendo um tema em que várias facetas da política doméstica e da política externa brasileira se conectam. O caráter dual da tecnologia nuclear acaba coligindo, a um só tempo, diversos aspectos técnicos e políticos, tais como: o aprimoramento tecnológico em áreas como a saúde e a agricultura, o planejamento energético nacional, o desenvolvimento do país, a estratégia de defesa nacional, a segurança regional na América do Sul e a política externa brasileira em relação aos mecanismos de governança da sociedade internacional.

Executive Summary

The nuclear issue has a prominent place in contemporary Brazilian politics, connecting many facets of both Brazilian domestic politics and foreign policy. The dual nature of nuclear technology ends up collecting, at the same time, many technical and political aspects, such as the technological enhancement in areas such as health and agriculture, national energy planning, development, the national security strategy, regional security in South America and Brazilian foreign policy towards the governance mechanisms of the international society.

A atual política nuclear brasileira

Monica Herz e Victor Coutinho Lage.

Introdução

A questão nuclear ocupa um lugar proeminente na política brasileira contemporânea, sendo um tema em que várias facetas da política doméstica e da política externa brasileira se conectam. O caráter dual da tecnologia nuclear acaba coligindo, a um só tempo, diversos aspectos técnicos e políticos, tais como: o aprimoramento tecnológico em áreas como a saúde e a agricultura, o planejamento energético nacional, o desenvolvimento do país, a estratégia de defesa nacional, a segurança regional na América do Sul e a política externa brasileira em relação aos mecanismos de governança da sociedade internacional.

Os temas englobados pela questão nuclear se fazem presentes na política brasileira desde os anos 1930, intensificando-se a partir dos anos 1960, com investimentos em pesquisa nuclear associados à estratégia de desenvolvimento e modernização do país. O Brasil é signatário do Tratado de Não Proliferação (TNP) desde 1998, embora afirme constantemente que considera temporário o status quo referente aos mecanismos de governança da proliferação nuclear. A natureza discriminatória do regime de não proliferação e a necessidade de avançar em direção ao desarmamento são pontos levantados com frequência por vários setores da sociedade brasileira. Salientam-se o direito universal ao acesso à energia e à tecnologia nuclear e a necessidade de futura completa desnuclearização mundial.

Para compreender a política nuclear brasileira é fundamental considerar as diferentes parcerias desenvolvidas, em particular no campo da cooperação técnica, assim como no campo comercial, no de investimentos e na coordenação de políticas envolvendo normas internacionais. A política nuclear brasileira sempre envolveu relações próximas com outros países, o que pode ser atestado, por exemplo, nos acordos cooperativos com Alemanha, França e Estados Unidos, assim como nas relações de disputa e cooperação com a Argentina.

Embora o debate político sobre a questão nuclear não atraia enorme atenção da esfera pública, a inclusão do tema na Constituição de 1988 e a decisão pela assinatura e ratificação do TNP, dez anos depois, suscitaram questionamentos, à época, por parte de alguns setores, assim como a decisão pela não-adesão ao Protocolo Adicional ao TNP vem gerando atualmente posições contrárias, em

especial entre diplomatas brasileiros¹. Mesmo assim, observa-se que, desde meados da década de 80, com a abertura democrática, os governos brasileiros vêm deixando de lado certa obscuridade de sua política nuclear anterior, em prol de crescente participação no debate internacional sobre o tema, acompanhada de seguidas adesões nos anos 90 a acordos internacionais no campo da não-proliferação - além do TNP (1998), o Brasil aderiu ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR, 1995, na sigla em inglês), ao Grupo de Supridores Nucleares (NSG, 1996, na sigla em inglês) e ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBC, 1996, na sigla em inglês), além de ter aderido formalmente ao Tratado de Tlatelolco (1994).²

Vale notar a extrema relevância que seguidos governos brasileiros atribuem ao fato de constar na Constituição Federal garantias de uso estritamente pacífico de instalações nucleares, reafirmadas pela adesão posterior ao TNP. No artigo 21 (XXIII) da Constituição, lê-se que compete à União:

Explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendidos os seguintes princípios e condições:

- a) toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional;
- b) sob regime de permissão, são autorizadas a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)
- c) sob regime de permissão, são autorizadas a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)
- d) a responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006).³

Não deve ser surpresa, portanto, que a questão nuclear envolve interesses de variados grupos, desde diplomatas a técnicos de diversas áreas, passando pela mídia, por acadêmicos e por agências governamentais. Este texto lida com o posicionamento atual do governo brasileiro em alguns dos principais tópicos referentes à governança internacional do uso de energia nuclear⁴. Para isso, começamos com a apresentação das linhas gerais da atual política nuclear brasileira; em seguida, interpretamos essa política, por meio da associação entre soberania, autonomia e desenvolvimento; no momento posterior, alguns tópicos centrais no posicionamento brasileiro na governança internacional do uso da energia nuclear são discutidos; ao fim, uma breve conclusão e algumas policy recommendations.

1 Almeida (2010).

2 Oliveira e Onuki (2000), Patti (2010), Stuenkel (2010).

3 BRASIL (1988)

4 Portanto, não temos o objetivo de discutir de maneira detida a política nuclear brasileira em perspectiva histórica, tampouco os diferentes atores domésticos que tratam da questão. Ambos os temas serão abordados em textos posteriores.

1. Linhas gerais da atual política nuclear brasileira

O governo Dilma Rousseff, iniciado em 2011, vem demonstrando considerável continuidade em relação ao governo Lula, no que diz respeito à questão nuclear, conforme a própria Dilma Rousseff prometera já durante sua campanha presidencial⁵. Uma das balizas centrais de ambos os governos, nesse sentido, está expressa na Estratégia de Defesa Nacional, de 2008, segundo a qual

“o Brasil tem compromisso – decorrente da Constituição Federal e da adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – com o uso estritamente pacífico da energia nuclear. Entretanto, afirma a necessidade estratégica de desenvolver e dominar essa tecnologia. O Brasil precisa garantir o equilíbrio e a versatilidade da sua matriz energética e avançar em áreas, tais como as de agricultura e saúde, que podem se beneficiar da tecnologia de energia nuclear. E levar a cabo, entre outras iniciativas que exigem independência tecnológica em matéria de energia nuclear, o projeto do submarino de propulsão nuclear”. (p.12)⁶

Ainda segundo a Estratégia, “o setor nuclear tem valor estratégico. Transcende, por sua natureza, a divisão entre desenvolvimento e defesa” (p.33). Reafirmam-se, no documento, as garantias constitucionais e as provenientes de tratados internacionais, relativas ao uso pacífico da energia nuclear, e a atuação do país como liderança em prol do desarmamento progressivo das potências nucleares. Ressalta-se, no entanto, que a autoproibição do acesso ao armamento nuclear não significa o abandono da busca por desenvolvimento de tecnologia nuclear. Nesse sentido, são quatro as iniciativas elencadas com esse intuito:

a) Completar, no que diz respeito ao programa de submarino de propulsão nuclear, a nacionalização completa e o desenvolvimento em escala industrial do ciclo do combustível (inclusive a gaseificação e o enriquecimento) e da tecnologia da construção de reatores, para uso exclusivo do Brasil;

b) Acelerar o mapeamento, a prospecção e o aproveitamento das jazidas de urânio;

c) Desenvolver o potencial de projetar e construir termelétricas nucleares, com tecnologias e capacitações que acabem sob domínio nacional, ainda que desenvolvidas por meio de parcerias com Estados e empresas estrangeiras. Empregar a energia nuclear criteriosamente, e sujeitá-la aos mais rigorosos controles de segurança e de proteção do meio-ambiente, como forma de estabilizar a matriz energética nacional, ajustando as variações no suprimento de energias renováveis, sobretudo a energia de origem hidrelétrica; e

d) Aumentar a capacidade de usar a energia nuclear em amplo espectro de atividades.”⁷

Por fim, consta, na Estratégia, que o Brasil não aderirá a adições ao Tratado de Não Proliferação que objetivem ampliar as restrições previstas pelo mesmo, sem que antes as potências nucleares tenham avançado seu próprio desarmamento, o que sinaliza a posição específica em relação ao Protocolo Adicional ao TNP.⁸

Desde o governo Lula, o Brasil busca maior proeminência na mediação entre Estados

5 Rousseff (2010).

6 Ministério da Defesa (2008).

7 Ministério da Defesa (2008, p.33-4). Ver, ainda, Diehl e Fujii (2009).

8 As linhas gerais da Estratégia de Defesa Nacional de 2008 para a área nuclear foram mantidas na Estratégia de 2012. Ver Ministério da Defesa (2012).

nuclearmente armados e Estados não nuclearmente armados, a fim de, em um âmbito mais amplo, auferir maior poder de barganha nos fóruns internacionais, avançando, inclusive, seu antigo pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Esse maior protagonismo internacional não é, no entanto, uma completa ruptura com a política externa anterior a Lula, como pode ser visto pelas adesões supracitadas a acordos de não-proliferação nos anos 90 e, mesmo antes, pela aproximação nas relações bilaterais com a Argentina.⁹ Como se pode atestar pela Constituição Federal e pela mais recente Estratégia de Defesa Nacional, o governo atual avança o posicionamento histórico brasileiro expresso na conjunção, de um lado, da defesa universal do uso da energia nuclear para fins pacíficos e, de outro, da pressão pelo desarmamento das potências nucleares e pela erradicação da discriminação inerente aos mecanismos de governança internacional nessa área.

Nesse sentido, o Brasil seguiu forte atuação no Grupo de Supridores Nucleares¹⁰, que presidira entre os anos de 2006 e 2007. Em 2011, o Grupo reconheceu o Acordo Quadripartite¹¹, assinado por Brasil, Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), como critério alternativo ao Protocolo Adicional aos acordos de salvaguardas¹² da AIEA¹³. Este é um foro de extrema relevância na atuação brasileira, visto que lida diretamente com a cooperação na área de energia nuclear, buscando garantir o direito ao uso pacífico da mesma por parte dos Estados. No centro dessa cooperação, está a transferência de tecnologias de enriquecimento de urânio e de reprocessamento do combustível nuclear, pontos centrais do Programa Nuclear Brasileiro.

Nos anos 2000, a política nuclear brasileira voltou a adquirir maior atenção por parte das sociedades internacional e doméstica. A modernização da Fábrica de Combustível Nuclear de Resende ocorreu simultaneamente ao recrudescimento das tensões internacionais em relação ao programa nuclear iraniano. Entreveros com as inspeções pretendidas pela AIEA contribuíram para elevar algumas incertezas quanto ao caráter pacífico do programa brasileiro¹⁴. Além disso, os Estados Unidos pressionaram o Brasil, em virtude de sua aproximação cooperativa nessa área com China e Venezuela.¹⁵

No caso dos entreveros com a AIEA, o ocorrido se deve ao fato de, em 2004, o governo brasileiro, do então presidente Lula, ter impedido a Agência de fazer inspeções irrestritas em suas instalações nucleares, alegando defesa de propriedade comercial de segredos industriais. O caso teve considerável repercussão internacional¹⁶. No dia 04 de abril de 2004, o jornal The Washington Post publicou uma matéria, dizendo que o Brasil estava vetando as inspeções da AIEA nas instalações de Resende, no estado do Rio de Janeiro, onde fica a Fábrica de Combustível Nuclear da estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB). O Itamaraty, na ocasião, repudiou as denúncias do jornal e disse que estariam sendo acertados os termos da verificação da unidade. Em setembro do mesmo ano, a Agência e o Brasil estabeleceram um acordo para as inspeções, segundo o qual os

9 Patti (2010).
10 O Grupo de Supridores Nucleares é um foro com objetivo de promover a coordenação das políticas nacionais dos 46 Estados participantes sobre controle da transferência de bens e tecnologias sensíveis no campo nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

11 O Acordo Quadripartite regula o relacionamento entre a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e define as atividades de cooperação na aplicação conjunta das salvaguardas nucleares. Assim, Brasil e Argentina se comprometem a aceitar a aplicação das salvaguardas nucleares a todos os materiais nucleares, em todas as atividades nucleares, com o objetivo de assegurar que sejam usados para fins exclusivamente pacíficos.

12 Salvaguardas são atividades realizadas pela AIEA para verificar se um Estado estaria violando seus compromissos internacionais de não desenvolver programas de armas nucleares.

13 Ministério das Relações Exteriores (2011).

14 Herz e Messari (2012)

15 Flandes (2006).

16 BBC Brasil (2004), Diário do Grande ABC (2004), CNN (2004).

inspetores tiveram acesso a toda a unidade, porém com uma proteção de alumínio impedindo a visualização dos aparelhos.¹⁷

Fica nítido, portanto, como a questão nuclear é um tema candente, não apenas para a política internacional, mas também para a política brasileira (tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito externo).

2. A Questão Nuclear no Brasil: soberania, autonomia, desenvolvimento

A questão nuclear imbrica mutuamente assuntos das políticas doméstica, de externa e de política internacional. No âmbito da política doméstica, a energia nuclear figura com uma das apostas da política energética do país (o volume 7 do “Plano Nacional de Energia 2030”, publicado pelo Ministério de Minas e Energia, se dedica à geração termonuclear, como aposta para o futuro)¹⁸. O reator multipropósito em construção está intimamente ligado, ao mesmo tempo, à segurança energética, na pesquisa por alternativas à matriz hidrelétrica predominante no país e por autossuficiência na produção de radioisótopos e de fontes radioativas de utilização na medicina nuclear, na indústria, na agricultura e no meio ambiente, e à segurança nacional, no que diz respeito ao submarino de propulsão nuclear e seu papel na defesa do território e suas riquezas. No âmbito da política externa, a cooperação com a Argentina, para a construção do reator, e com a França, firmada em 2008, para treinamento no projeto do submarino nuclear, é um dos maiores investimentos do governo Dilma¹⁹. E, no âmbito da política internacional, o PROSUB representa mais uma faceta do posicionamento firme do Brasil na defesa da energia nuclear para fins pacíficos e para defesa da soberania nacional. Em suma, o PROSUB expressa a defesa da soberania, a busca por autonomia e a meta do desenvolvimento nacional.

No centro da questão nuclear, situa-se a dualidade da tecnologia nuclear, que pode ser entendida de duas formas. Tecnicamente, refere-se ao fato de que a mesma tecnologia (o enriquecimento de urânio, por exemplo) serve tanto para fins pacíficos quanto para fins militares. Essa questão técnica já traz, por si só, profundas implicações políticas, envolvendo os usos civis e bélicos da energia nuclear, portanto sua potencialidade enquanto armamento nuclear. Vale lembrar, o artigo IV do TNP dispõe que a pesquisa, a produção e o uso dessa energia para fins pacíficos é direito inalienável de todas as partes do TNP; o artigo ainda incentiva a cooperação para difusão da tecnologia necessária para tanto²⁰. Além disso, uma segunda perspectiva sobre essa dualidade da tecnologia nuclear se refere ao fato de que, na configuração política contemporânea, ela acaba por tornar inseparáveis as dimensões interna e externa das políticas nacionais e internacionais para a questão nuclear. Nessa lógica, por um lado, uma política doméstica para o enriquecimento de urânio (construção de submarino nuclear ou investimento em produção de energia termonuclear, por exemplo), visando ao aprimoramento de equipamentos médicos e à segurança energética do país, acaba impactando fortemente não apenas na dimensão da segurança nacional, mas também nos mecanismos de governança da questão nuclear em âmbito internacional; por outro lado, um posicionamento de política externa específico (como no caso do programa nuclear iraniano) ou mesmo uma negociação política internacional (como o TNP e seu Protocolo Adicional) acabam

17 Morrison (2006).

18 Ministério de Minas e Energia. Plano Nacional de Energia 2030 (<http://www.epe.gov.br/pne/forms/empreendimento.aspx>). Ver, ainda: Guimarães (2012).

19 Machado (2011), NPS Global (2011), Nassif (2012)

20 Tratado de Não-Proliferação Nuclear (http://www.onubrasil.org.br/doc_armas_nucleares.php).

ressoando diretamente nas possibilidades e limites das políticas nacionais.

A questão nuclear brasileira sempre esteve associada à segurança, ao desenvolvimento e à busca por autonomia em relação a potências externas. A imagem brasileira nessa área é ambígua no cenário internacional, sendo considerado, por uns, um ator responsável que conduz relações nucleares exemplares com seus vizinhos e com os demais países da sociedade internacional e, por outros, como um ator desafiador do controle internacional e que suscita preocupações sobre sua produção e seu uso da tecnologia nuclear.

Abaixo, apresentaremos o posicionamento brasileiro em temas candentes da governança internacional do uso da energia nuclear.

2.1 Não proliferação e desarmamento

Desde ao menos o governo Lula, a política brasileira para a não-proliferação nuclear se pauta em duas características principais. Em primeiro lugar, o Brasil se coloca como um mediador entre os Estados nuclearmente e os não nuclearmente armados, a fim não somente de garantir o cumprimento do TNP, o que inclui a garantia da possibilidade de uso de tecnologia nuclear voltado a fins pacíficos, como a produção de energia e os usos médicos, como também alavancar seu protagonismo internacional. Em segundo lugar, o governo vem se chocando com alguns países, em defesa de seu direito de proteção do desenvolvimento tecnológico para o uso de energia nuclear. Em torno desse ponto girou a controvérsia entre o Brasil e a AIEA, mencionada acima. Embora pressionado para aderir ao Protocolo Adicional, o governo vem mantendo sua posição contrária ao mesmo, conforme expresso nas Estratégias de Defesa Nacional (de 2008 e 2012), com o argumento de que o Protocolo amplia o escopo das atividades que devem ser obrigatoriamente declaradas à AIEA, prejudicando os interesses de proteção comercial que giram em torno do desenvolvimento de tecnologia na área e, no limite, ferindo a soberania e autonomia do Estado.

Em junho de 1998, Brasil, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia, África do Sul, Suécia e Eslovênia fundaram a Coalizão na Nova Agenda, com o propósito central de fazer avançar o desarmamento e a não-proliferação nuclear, em conformidade com o TNP. Na declaração conjunta dos ministros de Relações Exteriores, destaca-se a preocupação dos oito países concernente à perspectiva de posse indefinida de armas nucleares por parte dos países nuclearmente armados e ao fato de três países com capacidade nuclear estarem fora do TNP (Israel, Índia e Paquistão)²¹. Um dos principais articuladores brasileiros de tal coalizão foi Celso Amorim²², então chefe da Missão Permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas, posteriormente ministro das Relações Exteriores durante os dois mandatos do presidente Lula (2003-2010), atualmente ocupando o cargo de ministro da Defesa do governo Dilma. Os esforços da Coalizão impactaram na formulação dos “treze passos” em direção ao desarmamento nuclear, com o propósito de reforçar os compromissos dos países para a implementação do Artigo VI do TNP, relativo ao fim da corrida armamentista nuclear e ao desarmamento sob controle internacional.²³ As medidas definidas por esses passos acabaram não sendo implementadas de acordo com a iniciativa estabelecida, sendo inclusive deixadas de lado pelos Estados Unidos e pela Rússia.²⁴ Mesmo assim, esta é mais uma instância em que o Brasil buscou reforçar seu compromisso com o desarmamento nuclear e com as regras internacionais.

21 Declaração da Coalizão da Nova Agenda (1998).

22 Patti (2010).

23 Tratado de Não-Proliferação Nuclear (http://www.onubrasil.org.br/doc_armas_nucleares.php). Ver, ainda: Squassoni (2009), Jesus (2012a, 2012b). Os “treze passos” estão no parágrafo 15 do Documento Final da Conferência de Exame de 2000

(<http://www.un.org/disarmament/WMD/Nuclear/pdf/finaldocs/2000%20-%20NY%20-%20NPT%20Review%20Conference%20-%20Final%20Document%20Parts%20I%20and%20II.pdf>).

24 Jesus (2008).

O site do Ministério das Relações Exteriores destaca, na seção sobre Desarmamento e Não-proliferação, a participação ativa do país nos principais foros relacionados ao tema. Como forma de endossar a posição favorável brasileira nesse aspecto, o Itamaraty cita a participação na Coalizão da Nova Agenda, na AIEA (membro fundador), na Zona Livre de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, criada pelo Tratado de Tlateloco (1967), no Acordo Bipartite com a Argentina, a AIEA e a ABACC, no Grupo de Supridores Nucleares e no Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.²⁵ O destaque no site do Itamaraty expressa uma constante nos discursos dos diplomatas brasileiros, os quais sempre evocam essa participação ativa como forma de ratificar as credenciais brasileiras na governança internacional da questão nuclear, em seus três pilares fundamentais - não proliferação, desarmamento e direito ao uso pacífico da energia nuclear.

2.2 Irã

Os objetivos de mediação internacional e de defesa do direito ao uso de energia nuclear para fins pacíficos ficam nítidos no posicionamento do Brasil acerca da questão nuclear iraniana. Com o governo Lula, o país almejou se tornar um ator central nas negociações entre o Irã e a sociedade internacional.

Em 2010, Brasil e Turquia se colocaram com mediadores das pressões da sociedade internacional sobre o programa nuclear iraniano. Segundo a proposta então aprovada, expressa na “Declaração de Teerã”, o Irã enviaria 1200kg de urânio levemente enriquecido (3,5%) e o Grupo de Viena (composto por Estados Unidos, Rússia, França e AIEA) se comprometeria e fornecer 120kg de urânio a um enriquecimento suficiente para o reator de pesquisa iraniano (20%).²⁶ Neste mesmo ano, Brasil e Turquia foram contra um resolução do Conselho de Segurança sobre a questão iraniana, sendo os dois únicos países do Conselho a votar contra (ver tabela em anexo).

A defesa de um programa nuclear iraniano com fins pacíficos foi reiterada em várias ocasiões pela presidente Dilma Rousseff em 2012, apelando para que não haja uma intervenção militar externa contra as instalações do país, mesmo diante do recrudescimento das pressões internacionais, especialmente da AIEA, sobre o programa do Irã.²⁷ No ano anterior o governo Dilma votara a favor do monitoramento da situação dos direitos humanos no Irã no Conselho de Direitos Humanos da ONU, com o atual ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, declarando a necessidade de o mesmo dar demonstrações factuais dos fins pacíficos de seu programa, mas descartando qualquer opção militar.²⁸ Nesse aspecto, houve certa diferença em relação ao governo Lula, destacada pelo próprio ministro Celso Amorim, ao discordar do voto brasileiro supracitado.²⁹ Sobre o voto, Amorim disse que o envio de um relator especial ao Irã, “se não se trata de uma condenação explícita, implica, na prática, colocar o país no banco dos réus”.³⁰ Já o governo, por meio do então assessor internacional da Presidência, Marco Aurélio Garcia, foi contra essa interpretação de Amorim; Garcia ainda disse que Dilma não faria mudanças substantivas em relação a Lula, no que tange ao caso do Irã.³¹ Mesmo assim, para o ex-chanceler Amorim, essa decisão dificultaria a participação brasileira em esforços de mediação internacional, como os que foram empreendidos

25 Ministério das Relações Exteriores [s.d.].

26 Folha de São Paulo (2010), BBC Brasil (2010), The Guardian (2010), Herz e Messari (2012).

27 Giraldo (2012).

28 Merco Press (2011), Calixto (2012), Terra (2012). Ver, ainda, entrevista de Antonio Patriota em Folha de São Paulo (Mundo) (2011).

29 Essa declaração de Celso Amorim foi feita quando o ex-ministro ainda não assumira a pasta do Ministério da Defesa do governo Dilma. Ver Amorim (2011).

30 Amorim (2011).

31 Ver Folha de S. Paulo (2011a).

conjuntamente com a Turquia, quando ele próprio ocupava a pasta das Relações Exteriores.³²

Em que pese o desconforto gerado pela declaração de Amorim, a posição brasileira frente ao Irã continua sendo a defesa incondicional do direito ao uso pacífico da energia nuclear por parte do país, ainda que a gestão de Patriota tenha demonstrado menor proximidade quando comparada à de Amorim.

Subjazem esse posicionamento brasileiro dois pontos principais. Em primeiro lugar, defende-se que, como signatário do TNP, o Irã tem direito à produção de energia nuclear para uso pacífico. Decorrente disso, em segundo lugar, defende-se que nenhum Estado deve intervir em assuntos domésticos de outros Estados, uma vez que estes estejam cumprindo acordos internacionais. Ambos os pontos se conectam à crítica brasileira tanto ao tom discriminatório de alguns mecanismos de governança internacional, como o TNP, quanto à tendência de utilização de força militar para garantir o respeito às normas internacionais.

2.3 Brasil e Argentina

As relações com a Argentina merecem uma consideração à parte na política nuclear brasileira. Os acordos entre Argentina e Brasil e a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), em 1991, geraram um modelo regional de não-proliferação de grande sucesso. As negociações que levaram à criação da Agência tiveram início ainda em 1980 e foram conduzidas durante toda a década.³³ A construção de confiança entre os países conjugou o banimento de armas nucleares com o desenvolvimento de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Essas relações bilaterais são amiúde mencionadas pelos governos brasileiros como em exemplo a ser seguido mundialmente no campo da não-proliferação.³⁴

O capítulo mais recente das relações nucleares entre Brasil e Argentina se dá a partir de 2008, com a declaração dos presidentes Lula e Cristina Kirchner de que construiriam um reator nuclear de pesquisa multipropósito para produção de urânio enriquecido com fins pacíficos. Em 2010, Lula e Kirchner, em declaração conjunta, reiteraram seu compromisso com o desarmamento e com a não-proliferação; na ocasião da visita de Kirchner ao Brasil, em julho de 2011, o mesmo foi endossado, dessa vez em Comunicado Conjunto de Kirchner com a presidente Dilma. Um acordo foi firmado em 2011, a partir da Comissão Nacional de Energia Elétrica (CNEN), do Brasil, e da Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA), da Argentina, para o aprofundamento da cooperação no âmbito da Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN), criada em 2008. Segundo o acordo, cada país deve construir seu próprio reator por meio de projetos comuns.³⁵ O Comunicado conjunto ainda congratula os vinte anos da ABACC e coloca em relevo seu reconhecimento como alternativa ao Protocolo Adicional, por parte do Grupo de Supridores Nucleares.

Os acordos com a Argentina propiciam ao Brasil o avanço no desenvolvimento de seu submarino de propulsão nuclear, discutido no tópico abaixo.

³² Essa posição de Celso Amorim causou desconforto no governo, tanto no Planalto quanto no Itamaraty, segundo a Folha de São Paulo. Ver Folha de S. Paulo (2011b).

³³ Site da ABACC (http://www.abacc.org.br/?page_id=16).

³⁴ Oliveira e Onuki (2000).

³⁵ BBC Mundo (2008), Política Externa.com (2010), INEST (2011), UOL Notícias (2011), Ministério das Relações Exteriores (2011).

2.4 Submarino nuclear

O reator multipropósito brasileiro, a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), pode contribuir em várias áreas, como a agricultura e a medicina. Além disso, é peça fundamental para construção do submarino nuclear, enfatizada na Estratégia de Defesa Nacional, de 2008. O reator será construído em Iperó, SP, no Centro Experimental de Aramar, da Marinha, onde também se desenvolve o protótipo do submarino nuclear brasileiro, por meio do Projeto do Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (PROSUB).³⁶ Este é um projeto de longo prazo, encabeçado pela Marinha, que pretende concluir a construção do primeiro submarino em 2023, tecnologia dominada atualmente apenas pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.³⁷

A construção do submarino nuclear está presente desde a década de 70 na política brasileira, porém fora relegado nos anos 90, até ser retomado pelo governo Lula, sendo seguido no atual governo.³⁸ Em 2012, a presidente Dilma Rousseff criou a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa (Amazul), subordinada ao Comando da Marinha, e com a atribuição de desenvolver tecnologias do Programa Nuclear do país e para a área nuclear da Marinha.³⁹ A Amazul é, para o governo, um passo largo na direção de viabilizar o projeto do primeiro submarino nuclear brasileiro e nacionalizar o desenvolvimento, em escala industrial, do ciclo de combustível nuclear e da tecnologia de construção de reatores, reduzindo a dependência nacional de produtos e equipamentos nucleares usados na medicina.

3. Conclusão

Como se pôde perceber, a questão nuclear ocupa um lugar proeminente na política brasileira contemporânea, envolvendo facetas concomitantes da política doméstica e da política externa brasileira. Os compromissos assumidos pelo estado nas últimas décadas, tanto constitucionais quanto em tratados internacionais, figuram como baliza do posicionamento brasileiro na governança internacional do uso da energia nuclear, assim como no Programa Nuclear Brasileiro.

Por meio da discussão de alguns tópicos centrais da atuação brasileira no âmbito internacional da questão nuclear, neste texto busco mostrar como tal atuação é indissociável de eixos mais amplos do estado brasileiro: soberania, autonomia e desenvolvimento. A política nuclear no país está intrinsecamente associada a tais eixos, a um só tempo de política doméstica e de política externa.

Como foi dito acima, o interno e o externo são inseparáveis na questão nuclear. O foco proposto nesse texto no posicionamento brasileiro na governança internacional deve ser entendido, portanto, como um primeiro passo para se entender a política nuclear brasileira de maneira mais ampla. Para isso, a continuação da pesquisa buscará abordar outros ângulos dessa política, em particular sua formulação e implementação em âmbito doméstico e as controvérsias que envolvem agências do governo e outros setores da sociedade.

36 Martins Filho (2011, 2012).

37 Baima (2012).

38 Martins Filho (2011, 2012)

39 Ver Aquino (2012). O governo defende que a Amazul é fundamental para viabilizar o projeto do primeiro submarino nuclear brasileiro, assim como para nacionalizar em escala industrial o ciclo de combustível nuclear e alavancar o desenvolvimento tecnológico relativo ao uso do urânio. Ver definição da Amazul dada pela Nuclebrás Equipamentos Pesados (Nuclep), empresa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em seu site, disponível em: <<http://www.nuclep.gov.br/en/news/o-que-amazul>>. Acesso em: 18 de junho de 2013.

4. Policy Recommendations

1- O Debate Público sobre a política nuclear brasileira deve avançar envolvendo o Congresso Nacional, diplomatas, o Ministério da Defesa, o Ministério de Ciência e Tecnologia, a mídia, especialistas alocados nas universidades, empresas, associações de classe e movimentos sociais que incluem o tema nuclear em sua pauta. As implicações de opções nesse campo para o desenvolvimento sustentável do país, para a administração da situação ambiental, para a inserção internacional do país são muito significativas levando a um déficit democrático, no caso de serem feitas sem o necessário debate público. Ademais, os investimentos necessários nesta área requerem legitimidade e transparência.

2- A formação de especialistas capazes de alimentar a demanda por mão de obra necessária para o desenvolvimento nesse campo, incluindo físicos, engenheiros, especialistas em política internacional e em políticas ambientais, se faz premente para o planejamento e a execução dos projetos.

3- Faz-se necessário o contínuo desenvolvimento e fortalecimento de coalizões internacionais (envolvendo Estados e organizações da sociedade civil) que possam contribuir para alavancar uma política de desarmamento nuclear, aliada a um regime de governança nuclear que permita o desenvolvimento tecnológico, incluindo o ciclo de enriquecimento de urânio, e a segurança das instalações nucleares.

4- O investimento constante e intenso em uma política externa regional baseada na cooperação tecnológica, coordenação de políticas de segurança e no diálogo para construção e manutenção da confiança mútua precisa ser consolidado. A UNASUL deve ser um dos fóruns para realização desta política.

5. Referências

ABACC. http://www.abacc.org.br/?page_id=16.

ALMEIDA, Paulo Roberto. 2010. Protocolo Adicional ao TNP: Duas Visões Contrastantes. Blog “Diplomatizzando”, em 12 de abril de 2010. Disponível em: < <http://diplomatizzando.blogspot.com/2010/04/2082-protocolo-adicional-ao-tnp-duas.html>>. Acesso 27 de janeiro de 2012.

AMORIM, Celso. Celso Amorim: O apoio do Brasil à resolução da ONU contra o Irã terá consequências. Carta Capital, 01 de abril de 2011. Disponível em: < <http://www.viomundo.com.br/politica/celso-amorim-o-apoio-do-brasil-a-resolucao-da-onu-contra-o-ira-tera-consequencias.html>>. Acesso em 09 de julho de 2013.

AQUINO, Yara. Governo cria empresa para desenvolver programa nuclear. EXAME.com. 09 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/energia/noticias/governo-cria-empresa-para-desenvolver-programa-nuclear>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BAIMA, Cesar. Reator multipropósito vai garantir independência nuclear do Brasil. O Globo. 07 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/reator-multiproposito-vai-garantir-independencia-nuclear-do-brasil-3903559>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BBC BRASIL. Brasil Esconde Instalação Nuclear, diz “Washington Post”, 04 de abril de 2004. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/04/040404_postamt.shtml>. Acesso em 13 de março de 2013a.

BBC BRASIL. Irã assina acordo nuclear proposto por Brasil e Turquia, 17 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu.shtml>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BBC MUNDO.com. Lula y Fernández: pacto. 22 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7260000/7260126.stm>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

BRASIL, Constituição. Constituição Federal Brasileira de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

CALIXTO, Bruno. Hillary apoia reforma no Conselho de Segurança apenas se houver consenso. Época. 17 de abril de 2012. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/ofiltro/tag/antonio-patriota/>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

CNN. Sources: Brazil Blocks Nuclear Inspectors, 04 de abril de 2004. Disponível em: < http://articles.cnn.com/2004-04-04/world/brazil.nuclear_1_nuclear-weapons-uranium-enrichment-facilities-low-enriched-uranium?_s=PM:WORLD>. Acesso em 23 de março de 2013.

DECLARAÇÃO DA COALIZÃO DA NOVA AGENDA. 09 de junho de 1998. Disponível em: <http://www.ccnr.org/8_nation_declaration.html>. Acesso em 18 de janeiro de 2013.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. Inspetores da AIEA começam novas inspeções em Resende, 14 de abril de 2004. Disponível em: <www.dgabc.com.br/News/90000416399/inspetores-da-aiea-comecam-novas-inspecoes-em-resende.aspx?ref+history>. Acesso em 13 de março de 2013.

DIEHL, S.; FUJII, E. Brazil's New National Defense Strategy Calls for Strategic Nuclear Developments. The Nuclear Threat Initiative website, 2009. Disponível em: <<http://www.nti.org/analysis/articles/brazils-new-defense-strategy/>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA DE EXAME DE 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/disarmament/WMD/Nuclear/pdf/finaldocs/2000%20-%20NY%20-%20NPT%20Review%20Conference%20-%20Final%20Document%20Parts%20I%20and%20II.pdf>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

FLEMES, Daniel. Brazil's nuclear policy from technological dependence to civil nuclear power. GIGA, n.23, jun 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasília nega que haja uma mudança de posição, 25 de março de 2011a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2503201103.htm>>. Acesso em 09 de julho de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. Declaração de ex-chanceler gera desconforto dentro do governo, 28 de março de 2011b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2803201109.htm>>. Acesso em 09 de julho de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. Veja os dez pontos do acordo nuclear assinado por Irã, Brasil e Turquia, 17 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u736306.shtml>>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. (Mundo). Leia a Transcrição da Entrevista de Antonio Patriota à Folha e ao UOL. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/975993-leia-a-transcricao-da-entrevista-de-antonio-patriota-a-folha-e-ao-uol.shtml>>. Acesso em 11 de julho de 2013.

GIRALDI, R.. Dilma e Cristina Kirchner vão fechar parceria para construção de reatores nucleares. Correio Democrático. 02 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.correiodemocratico.com.br/2011/01/dilma-e-cristina-kirchner-vaofechar-parceria-para-construcao-de-reatores-nucleares>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Nuclear Power In Brazil. Texto apresentado no workshop "Brazil and the Global Nuclear Order" , promovido pela Carnegie Endowment for International Peace e pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 15 de maio de 2012.

HERZ, M., MESSARI, Nizar. A Política Nuclear na Política Internacional. Política Externa (USP), v.20, p.47-60, 2012.

INEST (Instituto de Estudos Estratégicos). Brasil e Argentina assinam acordo para desenvolver reator nuclear de pesquisa multipropósito. 2011. Disponível em: <http://www.inest.uff.br/index.php?option=com_content&view=article&id=145:brasil-e-argentina-assinam-acordo-para-desenvolver-reator-nuclear-multiproposito&catid=70:ctai&Itemid=78>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

JESUS, D.S.V. . Autonomia e proteção: os Estados nas Conferências de Exame do TNP (2000-2010). Oikos (Rio de Janeiro), v.11, n.1, p.39-65, 2012a.

JESUS, D.S.V. Building Trust and Flexibility: A Brazilian View of the Fuel Swap with Iran. The Washington Quarterly, v.34, n.2, p. 61-75, 2011.

JESUS, D.S.V. . Em nome da autonomia e do desenvolvimento: o Brasil e a não-proliferação, o desarmamento e os usos pacíficos da energia nuclear. Meridiano 47 (UnB), v. 13, p. 28-34, 2012b.

JESUS, D.S.V. Treze Passos para o Juízo Final: A Nova Era do Desarmamento Nuclear dos Estados Unidos e da Rússia. Contexto Internacional, vol.30, n.2, p.399-466, 2008.

MACHADO, L. Brasil e Argentina assinam acordo para construção de reatores nucleares de pesquisa. Informe CNEN, n.2, 2011. Disponível em: . Acesso em: 26 abr. 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. O Projeto do Submarino Nuclear Brasileiro. Contexto Internacional, vol.33, n.2, p.277-314, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. The Brazilian Nuclear Submarine Project. Texto apresentado no workshop “Brazil and the Global Nuclear Order” , promovido pela Carnegie Endowment for International Peace e pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 15 de maio de 2012.

MERCO PRESS. Brazil’s UN vote on Iran marks first great difference between Dilma and Lula da Silva, 26 de março de 2011. Disponível em: < <http://en.mercopress.com/2011/03/26/brazil-s-un-vote-on-iran-marks-first-great-difference-between-dilma-and-lula-da-silva>>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estratégia Nacional de Defesa. 2008. Disponível em: < http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estratégia Nacional de Defesa. 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em 18 jun 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunicado conjunto por ocasião da visita oficial da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil. Brasília, 29 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-por-ocasio-da-visita-oficial-da-presidenta-da-republica-argentina-cristina-fernandez-de-kirchner-ao-brasil-2013-brasilia-29-de-julho-de-2011/print-nota>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Desarmamento e não-proliferação. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/paz-e-seguranca-internacionais/desarmamento-e-nao-proliferao>>. [s.d.] Acesso em 18 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Grupo de Supridores Nucleares. 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/grupo-de-supridores-nucleares>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Plano Nacional de Energia 2030. Disponível em: < <http://www.epe.gov.br/pne/forms/empreendimento.aspx>>.

MORRISON, Daphne. Brazil’s Nuclear Ambitions, Past and Present. The Nuclear Threat Initiative website, 2006. Disponível em: < <http://www.nti.org/analysis/articles/brazils-nuclear-ambitions/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

NASSIF, Luis. Brasil e França iniciam construção de submarino nuclear. Luis Nassif Online. 08

de julho de 2012. Disponível em: <<http://advivo.com.br/blog/luisnassif/brasil-e-franca-iniciam-construcao-de-submarino-nuclear>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

NPS GLOBAL. Nuclear agreement between Argentina and Brazil after Dilma Rousseff's official visit. NPS Global website, 2011. Disponível em: . Acesso em: 26 abr. 2011.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de e ONUKI, Janina. Brasil, Mercosul e a Segurança Regional. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.43, n.2, p. 108-129, 2000.

PATTI, Carlo. Brazil and the Nuclear issues in the years of the Luiz Inacio Lula da Silva government (2003-2010). Revista Brasileira de Política Internacional, v.53, n.2, p.178-195, 2010.

POLÍTICA EXTERNA.com. Brasil-Argentina: Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear. de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.politicaexterna.com/12571/brasil-argentina-declaracao-conjunta-sobre-cooperacao-nuclear>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

ROUSSEFF, Dilma. Dilma Rousseff e Marina Silva expõem suas ideias sobre política externa. Política Externa, v.19, n.2, p.17-25, 2010.

SQUASSONI, Sharon. Grading Progress on 13 Steps Toward Disarmament. Carnegie Endowment for International Peace, 2009. Disponível em: <http://www.carnegieendowment.org/files/13_steps.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2013.

STRAUSS, Luis Renato. Brasil Aceita Inspeção Nuclear em Resende com Restrições. Folha de São Paulo, 23 de setembro de 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2309200410.htm>>. Acesso em 13 de março de 2013.

STUENKEL, Oliver. Identidade, status e instituições internacionais: o caso do Brasil, da Índia e do tratado de não proliferação. Contexto Internacional, v.32, n.2, p.519-561, 2010.

TERRA. Não existe opção militar frente ao Irã, diz Patriota ao presidente de Israel. 14 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/oriente-medio/nao-existe-opcao-militar-frente-ao-ira-diz-patriota-ao-presidente-de-israel,0a0953576c55b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em 18 de janeiro de 2013.

THE GUARDIAN. Text of the Iran-Brazil-Turkey deal, 17 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/julian-borger-global-security-blog/2010/may/17/iran-brazil-turkey-nuclear>>. Acesso em 17 de janeiro de 2013.

TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR. Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/doc_armas_nucleares.php>. Acesso em 18 de janeiro de 2013.

UOL Notícias. Dilma assina acordo com Argentina para construção de reatores nucleares e ponte entre dois países. 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/01/31/dilma-assina-acordo-com-argentina-para-construcao-de-reatores-nucleares-e-ponte-entre-dois-paises.htm>>. Acesso em 19 de janeiro de 2013.

VIOLA, Eduardo. Outline Of Some Reflections On Brazil And The Global Nuclear Order. Texto apresentado no workshop "Brazil and the Global Nuclear Order" , promovido pela Carnegie Endowment for International Peace e pela Fundação Getulio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 15 de maio de 2012.

Anexo

Votação do Brasil no Conselho de Segurança em Resoluções Relativas à Questão Nuclear, 1991–2011.

1993

Resolução	Breve descrição	Brasil	Votação do Conselho
S/RES/825 (1993)	Sobre a decisão da Coreia do Norte de se retirar do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares	Sim	13 países votaram “sim”. 2 países se abstiveram (China e Paquistão)

1998

Resolução	Breve descrição	Brasil	Votação do Conselho
S/RES/1154 (1998)	Relativa à aprovação do memorando de entendimento de 23 de fevereiro de 1998 quanto ao cumprimento pelo Iraque das suas obrigações nos termos da Resolução 687 (1991) e outras resoluções relevantes	Sim	Todos votaram Sim
S/RES/1172 (1998)	Sobre os testes nucleares realizados pela Índia em 11 e 13 de Maio de 1998 e pelo Paquistão, em 28 e 30 maio de 1998	Sim	Todos votaram Sim
S/RES/1194 (1998)	Sobre a decisão do Iraque para suspender a cooperação com a Comissão Especial e da AIEA	Sim	Todos votaram Sim

Resolução	Breve descrição	Brasil	Votação do Conselho
S/RES/1205 (1998)	Sobre a decisão do Iraque de cessar a cooperação com a Comissão Especial das Nações Unidas e da AIEA	Sim	Todos votaram Sim
S/RES/1284 (1999)	Sobre a criação da comissão de Observação, Verificação e Inspeção das Nações Unidas (UN-MOVIC)	Sim	11 votos Sim, 4 abstenções: China, França, Malásia e Rússia – Aprovada

2004

Resolução	Breve descrição	Brasil	Votação do Conselho
S/RES/1540 (2004)	Sobre a não proliferação de armas nucleares químicas e biológicas	Sim	Todos votaram Sim
S/RES/1566 (2004)	Sobre a cooperação internacional contra o terrorismo	Sim	Todos votaram Sim

2005

Resolução	Breve descrição	Brasil	Votação no Conselho
S/RES/1617 (2005)	Sobre a cooperação internacional no combate ao terrorismo	Sim	Todos votaram Sim
S/RES/1624 (2005)	Sobre as ameaças à paz e à segurança internacionais	Sim	Todos votaram Sim

2010

Resolução	Breve descrição	Brasil	Votação no Conselho
S/RES/1928(2010)	Sobre a extensão do Painel de especialistas na República Democrática da Coréia	Sim	Todos votaram "sim"
S/RES/1929(2010)	Sobre as medidas contra o Irã em conexão às suas atividades de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nucleares	Não	12 votos Sim, 2 votos Não (Brasil, Turquia) e 1 abstenção (Líbano)
S/RES/1957(2010)	Sobre o término das medidas sobre armas de destruição em massa, mísseis impostas pelas resoluções 678 (1991) e 707 (1991) no Iraque	Sim	Todos votaram Sim

2011

Resolução	Breve descrição	Brasil	Votação no Conselho
S/RES/1977(2011)	Sobre a não-proliferação de armas de destruição em massa e sobre o aumento do mandato do Comitê do CS sobre a questão até 25 abr 2021.	Sim	Todos votaram "sim".
S/RES/1984(2011)	Sobre extensão do mandato do Painel de Especialistas estabelecido pela resolução 1929 (2009) até 09 jun 2012.	Sim	14 votaram a favor e 1 se absteve (Líbano)
S/RES/1985(2011)	Sobre a renovação do mandato do Painel de Especialistas da ONU estabelecido pela resolução 1874 (2009) até 12 jun 2012.(sobre Península Coreana)	Sim	Todos votaram "sim".